

**Notas e informações**

# O risco do populismo

O vice-presidente da República corre sério risco ao tentar dar a seu governo interino acentuado cunho pseudo-social. A determinação transmitida ao sr. João Sayad para que execute parte do chamado plano de emergência contra a fome e o desemprego — ou todo ele — não só pode levar o governo a enroscar-se na engrenagem da máquina burocrática que se encarregará da operacionalização (isto se sair do papel), como também oferece o sério perigo de desarticular projetos já em andamento nos ministérios singulares, como é o caso da merenda escolar, na Educação, e o combate às endemias, na Saúde.

Não trataremos da questão da ausência de recursos financeiros para a execução do plano. Depois da decisão do vice-presidente, as pretensões daqueles que na Seplan defendem a imediata aplicação desse plano de emergência se limitaram a uma parcela dos gastos: em vez de 15 trilhões de cruzeiros, contentar-se-ão com oito a nove trilhões. Como há dificuldade em obter os recursos, irão buscá-los naquilo que já está orçado, nos excessos de arrecadação anteriores etc. etc., até mesmo usando a estrutura (e não se sabe se verbas) do BNDES para criar empregos e acabar com a fome. O problema é que não existem os recursos do Finsocial (deste ano e excessos do ano passado), do Plano de Integração Nacional, do Fundo de Assistência Social e do Fundec, que constavam expressamente das fontes de recursos levantadas pela Copag — a julgar pelas asseverações de representantes do governo anterior e pelo que se afirma com insistência no Ministério da Fazenda.

Esse não é o problema principal — num governo de emergência, em que coexistem os que dão importância à moeda como peça essencial na condução de qualquer política econômica e os que não atribuem nenhuma relevância a essa coisa menor, que é a moeda, chegar-se-á facilmente à emissão inflacionária, na medida em que o móvel das ações, aquilo que os anglo-saxões chamariam a *rationale* do governo Sarney, parece estar sendo o populismo. Essa é a questão, e é para ela que convém chamar a atenção

de quantos se preocupam com o futuro do País.

O populismo é, basicamente, uma política distributivista, que desconhece a questão dos recursos. É uma política social de acentuado conteúdo burocrático, paternalista, que poderia ser resumida na seguinte expressão: "Não há recursos? Vamos requisitá-los". O populismo sob Vargas, e depois Kubitschek, aplicou zelosamente a máxima requisitória, com os resultados conhecidos sobre o valor da moeda e a taxa de inflação. O populismo de Goulart tentou repetir a proeza, mas não teve condições políticas para levar a cabo seu intento. Hoje, depois do malogro dos governos autoritários na contenção da alta de preços — pela aplicação de políticas tímidas, ou errôneas, além de uma conjunção fatal de fatores internacionais —, tudo indica que o sr. José Sarney pretende enveredar pelos mesmos caminhos, partindo de um patamar inflacionário de 230% ao ano.

É sumamente desagradável recorrer a argumentos técnicos e econômicos quando o que está em jogo é a tentativa de minorar a fome dos necessitados — que constituem multidão neste país. Outro caminho não existe, no entanto, para quem coloca o bem público acima das conveniências políticas deste ou daquele governante e, especialmente, tem certeza de que o distributivismo, feito da maneira frouxa e descentralizada como se insinua, acabará favorecendo facções locais (ou as velhas e eternas oligarquias?), não resolverá coisa alguma do ponto de vista social e apenas agravará, a curto prazo, as condições de vida da massa trabalhadora.

O que preocupa é que o governo Sarney, sob a pressão do populismo irresponsável, que o acusa de não ter legitimidade — santa palavra que esconde as mais vis intenções —, tente encontrar suporte popular que lhe assegure essa ambígua condição e acabe deslizando para essa corrente apoiada na esquerda, que com exuberante desenvoltura está ocupando espaços no plano federal — embora sejam espaços

mordômicos e não políticos. O populismo é a antítese da democracia, até mesmo da democracia participativa. É a destruição da riqueza nacional. Longe de acabar com a fome, o populismo, sobretudo nesta fase delicada da vida política brasileira, irá aumentar da produção os que nela desejam investir apesar da inflação e da interinidade não só do sr. José Sarney, mas de tudo.

É lastimável que governos com fraco apoio político — e diríamos que o sr. José Sarney não se sente amparado pelas correntes a que deve sua sustentação política porque não deseja ver esses apoios que se lhe oferecem — tendam a descambar para uma política de adulação das "massas", a qual não lhes trará benefícios eleitorais de nenhuma espécie. A legitimidade que o vice-presidente parece procurar, não a encontrará colocando as verbas da merenda escolar na sacola do plano contra a fome, nem retirando as destinadas ao combate às endemias, agora que algumas delas, tidas como extirpadas, começam a dar sinais de recrudescimento. O vice-presidente só saberá encontrar os fatores que legitimarão seu governo se souber discernir quais são os interesses maiores do Brasil; se descobrir que o apoio institucional à agricultura e à pequena e média empresas é que gerará empregos que minorarão a fome; se tiver uma equipe que trabalhe coesa, sem preocupações demagógicas, e sem cultivar os que exibem título de sapiência conquistado na leitura do marxismo-leninismo que na China se condenou, na Hungria não se pratica e, na URSS, Gorbachev tenta, desesperadamente, enterrar em silêncio para dar eficiência não só à economia, mas a tudo o que diz respeito à vida pública.

Se o sr. José Sarney se deixar arrastar pelo canto da sereia populista, experimentará, nos primeiros dias e meses, a feliz sensação de estar subindo para alturas em que o ar é inebriante. Depois, como Vargas, Kubitschek, Goulart e — por que não dizê-lo — Perón, descobrirá que é outra, completamente diferente, a perspectiva de governar baixando das nuvens.